



ABC BRASIL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ nº 33.817.677/0001-76

Relatório da administração

A administração da ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas.. As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A evolução das operações e os principais fatos ocorridos neste exercício, além da situação econômico-financeira da Distribuidora, poderão ser examinados através do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas. São Paulo, 10 de março de 2026

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2025

Ativo	Notas	31/12/2025	Passivo	Notas	31/12/2025
Circulante		10.063	Circulante		17.882
Disponibilidades	3	4.110	Outras obrigações		17.882
Outros ativos		5.953	Contas a pagar	7	1.702
Ativos Fiscais Correntes	5	3.663	Obrigações fiscais correntes	8	16.180
Diversos	6	2.290	Não Circulante		1.043
Não Circulante		31.353	Outras obrigações		1.043
Realizável a longo prazo		30.728	Contas a pagar	7	156
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		30.728	Obrigações fiscais correntes	8	885
Títulos e valores mobiliários	4	30.728	Obrigações fiscais diferidas	15	2
Ativos fiscais diferidos	15	625	Patrimônio líquido		22.491
Total do Ativo		41.416	Capital social:	18.a	5.000
			Reserva de lucros		17.488
			Outros resultados abrangentes		3
			Total do passivo		41.416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2º Semestre 2025	Acumulado 2025
Receitas da intermediação financeira		1.612	3.608
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	4	1.612	3.608
Resultado bruto da intermediação financeira		1.612	3.608
Outras receitas (despesas) operacionais		20.820	37.932
Receitas de prestação de serviços	9	36.833	61.180
Despesas de pessoal	10	(4.728)	(9.089)
Outras despesas administrativas	11	(1.955)	(3.196)
Despesas tributárias	12	(3.994)	(6.556)
Outras receitas operacionais	13	15	1.515
Outras despesas operacionais	14	(5.351)	(5.922)
Resultado operacional		22.432	41.540
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações		22.432	41.540
Imposto de renda e contribuição social	15	(8.408)	(15.200)
Corrente		(8.609)	(15.604)
Diferido		201	404
Participações no lucro		(1.028)	(3.126)
Lucro líquido do período		12.996	23.214
Lucro líquido por ação - em R\$	18.d	0,260	0,465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Equalização de dividendos				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.000	1.000	33.305	(23)		39.282	
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	26	-	26	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.214	23.214	
Dividendos distribuídos	-	-	(33.304)	-	(6.727)	(40.031)	
Constituição de reserva	-	-	16.487	-	(16.487)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.000	1.000	16.488	3		22.491	
Saldos em 30 de junho de 2025	5.000	1.000	5.274	2	10.218	21.494	
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	1	-	1	
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	12.996	12.996	
Dividendos distribuídos	-	-	(5.273)	-	(6.727)	(12.000)	
Constituição de reserva	-	-	16.487	-	(16.487)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.000	1.000	16.488	3		22.491	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora) é uma instituição financeira que tem por finalidade operar no mercado de títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros. Localizada na avenida Cidade Jardim, nº 803, 6º andar conjunto 61, CEP 01.453-00, São Paulo - SP, Brasil, suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições, as quais atuam integralmente no mercado financeiro, utilizando a estrutura operacional do Banco ABC Brasil S.A.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 10 de março de 2026.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN. Os valores comparativos relativos aos períodos anteriores não foram apresentados nestas demonstrações financeiras considerando a dispensa de apresentação prevista na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BACEN).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM e pelo Bacen. Por sua vez, o Bacen aprovou os seguintes pronunciamentos: CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, CPC 41 - Resultado por ação, CPC 46 - Mensuração do valor Justo e CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

Adicionalmente, o Bacen emitiu a Resolução BCB nº 352/23, que trata de conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. Referidas normas entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025. Não houve impactos provenientes da adoção inicial da referida Resolução no patrimônio líquido da Distribuidora.

A elaboração e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como a realização do imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Critérios de avaliação dos ativos

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

O valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A classificação de ativos financeiros dependem de:

- Os modelos de negócios para a gestão de ativos financeiros; e
- As características de seus fluxos de caixa (Somente Pagamento de Principal e Juros - Teste SPPJ).

Modelos de Negócios: Os Modelos de Negócios do Banco ABC Brasil representam a forma como os ativos financeiros são geridos, considerando: i) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; ii) como os gestores do negócio são remunerados; e iii) como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Teste SPPJ: Para que ocorra a classificação contábil, é necessário aplicar o Teste SPPJ, para avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

A Distribuidora revisa seus ativos financeiros a cada data de balanço, com o intuito de avaliar se perdas com redução ao valor recuperável devem ser registradas na demonstração do resultado. O julgamento da Administração é requerido no momento do valor e período do fluxo de caixa futuro na determinação das perdas com redução ao valor recuperável.

A Distribuidora aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito. Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da origem do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro ("lifetime"). O reconhecimento de juros dessas operações se dá sobre o saldo devedor financeiro, sem considerar valores de provisão para perda esperada.

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, os créditos já estão em default e os eventuais juros são calculados com base no saldo contábil líquido de provisão para perda esperada. As rendas sobre as operações vencidas a mais de 90 dias somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 4.818/20 e CPC 03, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c) Apuração das receitas e despesas

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de provável realização.

As receitas de prestação de serviços, são reconhecidas quando a Distribuidora fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a Distribuidora espera receber em troca desses serviços. As principais receitas referem-se à serviços de estruturação e colocação de títulos, os quais são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos, à medida que os serviços são prestados.

d) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuadas de acordo com os critérios descritos a seguir:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos; e

- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferida são calculadas sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável.

O imposto de renda é reconhecido pelo regime de competência, cujos valores diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de receitas e despesas ainda não tributáveis ou dedutíveis para fins fiscais, cujas adições ou exclusões futuras são autorizadas pela legislação tributária.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa são classificados ao custo amortizado e são demonstrados:

	31/12/2025
Disponibilidade - (Nota 16)	4.110
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	4.110

4. ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

As classificações dos títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, em 31 de dezembro de 2025, são demonstradas como segue:

	31/12/2025		
Títulos e valores mobiliários	Valor contábil	Perda esperada	Valor líquido
Letras financeiras do tesouro - LFT	30.728	-	30.728
Total	30.728	-	30.728

Em 31 de dezembro de 2025, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria valor justo por meio do resultado abrangente totalizavam o valor positivo de R\$ 3, os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes" líquidos do efeito tributário.

Em 31 de dezembro de 2025, não houve reclassificações entre as categorias dos ativos financeiros.

Os títulos e valores mobiliários estão integralmente classificados no estágio 1, em conformidade com a nota 2.a.

A composição da carteira em 31 de dezembro de 2025, considerando os níveis hierárquicos de mensuração de valor justo são demonstrados como segue:

	Nível 1	Total
Títulos e valores mobiliários	30.728	30.728
Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.		
Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outros variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).		
Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas através de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).		

A composição da carteira em 31 de dezembro de 2025, considerando o prazo de vencimento, é assim demonstrada como segue:

	De 1 a 3 anos	Total
Títulos e valores mobiliários	30.728	30.728
Letras financeiras do tesouro - LFT	30.728	30.728
Total - Dezembro 2025	30.728	30.728

No semestre e no exercício findos em 31 de dezembro de 2025, os resultados gerados por títulos e valores mobiliários representam, R\$ 1.612 e R\$ 3.608 respectivamente.

Análise de sensibilidade das operações com instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros estão sujeitos a oscilações de preços e cotações de mercado e a outros riscos, como risco de crédito e de liquidez. Os Instrumentos Financeiros classificados na carteira de "Negociação" (Trading Book), de acordo com critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil,

Demonstração do resultado abrangente

Exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2025	Acumulado 2025
Lucro líquido do período	12.996	23.214
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Outras receitas (despesas) reconhecidas	1	26
Outros resultados abrangentes - ajuste ao valor de mercado	1	43
Efeitos tributários	-	(17)
Resultado abrangente total	12.997	23.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2025	Acumulado 2025
Atividades operacionais	13.197	23.618
Lucro líquido ajustado do período	12.996	23.214
Lucro líquido do período	12.996	23.214
Imposto diferido	201	404
Varição de ativos e passivos	503	19.942
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	(11.386)	35.627
Redução outros ativos	3.787	1.855
Aumento/(Redução) em outras obrigações	12.920	16.387
Impostos pagos	(4.818)	(33.927)
Caixa gerado nas atividades operacionais	13.700	43.560
Atividades de financiamento		
Dividendos distribuídos	(12.000)	(40.031)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(12.000)	(40.031)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.700	3.529
Caixa e equivalente de caixa no início do período	2.410	581
Caixa e equivalente de caixa no final do período (Nota 3)	4.110	4.110
Varições nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	1.700	3.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do valor adicionado

Exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	2º Semestre 2025	Acumulado 2025
Apuração do valor adicionado		38.460	66.303
Receita		1.612	3.608
Resultado bruto da intermediação financeira	4	1.612	3.608
Receitas de prestação de serviços	9	36.833	61.180
Outras receitas operacionais	13	15	1.515
Insumos adquiridos de terceiros		(7.114)	(8.743)
Outras despesas administrativas	11	(1.763)	(2.821)
Outras despesas operacionais	14	(5.351)	(5.922)
Valor adicionado total a distribuir		31.346	57.560
Distribuição do valor adicionado		31.346	57.560
Pessoal		5.756	12.215
Remuneração direta		3.178	6.005
Benefícios		603	1.169

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/9400-7C1C-85CA-1BF4> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9400-7C1C-85CA-1BF4



Hash do Documento

A09CF2890F4B89EF38A66F97A7682422359A0B9D8E317B21A3EF10FCA988EAC4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 11/03/2026 é(são) :

- Lilian Regina Mancuso - 05.687.343/0001-90 em 11/03/2026 21:50 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS LTDA - 05.687.343/0001-90

Evidências

Geolocation: Location not shared by user.

IP: 172.16.4.6

AC: AC Certisign RFB G5

